



RELATÓRIO DE AUDITORIA **PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015**

Unidade Gestora – 040101 – Recurso do Tesouro

Em atendimento ao § 2º do Art. 46 da Lei Complementar Nº 081, de 26 de abril de 2012 (LOTCEPA), c/c o inciso II do Art. 160 do Ato Nº 63, de 17 de dezembro de 2012 (RITCEPA), emite-se o presente Relatório da Secretaria de Controle Interno acerca da Prestação de Contas do Exercício 2015, com o objetivo de demonstrar os fatos mais relevantes da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais da Unidade Gestora: 040101 – Tribunal de Justiça do Pará - Recurso Tesouro, Exercício de 2015.

O presente relatório tem por finalidade emitir parecer sobre as atividades financeira, orçamentária e patrimonial, desenvolvidas no **Exercício de 2015**, e consolidadas no processo de Prestação de Contas 2015 do TJPA. Ressalta-se que além do processo físico encaminhado pela Secretaria de Planejamento para a referida análise, são utilizados como instrumentos auxiliares para ratificar os dados constantes do processo as informações obtidas diretamente no Sistema SIAFEM e da ferramenta Business Objects – sistema adotado pelo Governo do Estado do Pará, que tem como finalidade extrair dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do SIAFEM.

A seguir, analisa-se a execução orçamentária e financeira do exercício 2015.

DOS RECURSOS PREVISTOS E ARRECADADOS

A previsão da receita para o exercício de 2015 foi na ordem de **R\$-908.727.420,00** (Novecentos e oito milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e vinte reais), sem os recursos previdenciários, o que resultaria em uma arrecadação mensal de **R\$ 75.727.285,00** (setenta e cinco milhões setecentos e vinte e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais), conforme Quadro abaixo.

Previsão de Receita para 2015 – Geral do TJPA

PREVISÃO PARA 2015		
FONTE	INICIAL	%
101 – RECURSOS ORDINÁRIOS	744.244.118,00	81,90
106- REC.PROV. DE TRANSF. - CONVÊNIOS	2.051.000,00	0,23
112- RECEITA PATRIMONIAL	22.180.000,00	2,44
118- REC. PRÓPRIA DO FRJ	140.252.302,00	15,43
TOTAL	908.727.420,00	100,00
MÉDIA MENSAL	75.727.285,00	
Fonte: LOA 2015 – OB		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Cabendo a Unidade Gestora – 040101 – Recurso do Tesouro, alvo deste relatório o montante inicial de **R\$-768.475.118,00** (setecentos e sessenta e oito milhões quatrocentos e setenta e cinco mil e cento e dezoito reais), sem os recursos previdenciários, como segue.

Previsão de Receita para 2015 – UG 04101.

FONTE	INICIAL	%
101 – RECURSOS ORDINÁRIOS	744.244.118,00	96,85
106- REC.PROV. DE TRANSF. - CONVÊNIOS	2.051.000,00	0,27
112- RECEITA PATRIMONIAL	22.180.000,00	2,88
TOTAL	768.475.118,00	100,00
MÉDIA MENSAL	64.039.593,17	
Fonte: LOA 2015 – OB		

A arrecadação geral do TJPA em 2015 incluídos os recursos previdenciários foi **R\$ 1.055.332.616,88**, conforme segue:

ARRECADAÇÃO GERAL DE RECURSOS - 2015							
CODIGO	2012	2013	Δ	2014	Δ	2015	Δ
101000000	596.538.971,02	658.382.790,60	1,10	741.786.693,47	1,13	811.847.998,02	1,09
101002512	38.795.053,85	28.936.167,48	0,75	42.165.928,96	1,46	64.286.719,15	1,52
106000000	166.311,98	296.944,20		212.838,02	0,72	789.863,14	3,71
112000000	10.502.559,52	14.029.752,47	1,34	19.236.080,05	1,37	23.821.824,23	1,24
118000000	58.948.215,75	67.723.579,84	-	104.035.223,95	1,00	107.023.700,88	1,03
254002992	1.345.972,71	7.769.055,38	5,77	2.335.144,65	0,30	3.231.272,54	1,38
258002992	22.828.344,74	23.156.330,13	1,01	38.395.214,96	1,66	44.181.238,37	1,00
301000000	-	-	-	131.435,70	-	-	1,00
318000000	3.570,50	-	-	300.641,41	-	150.000,55	1,00
654002992	120.555,17	114.802,39	0,95	-	-	-	-
658002992	-	-	-	2.622.912,70	1,00	-	-
TOTAL	729.249.555,24	800.409.422,49	1,10	951.222.113,87	1,19	1.055.332.616,88	1,11

FONTE: SIAFEM (2015) – BO (2015).

Do montante acima ingressou esta UG- 040101 o valor de **R\$ 822.737.997,09** (oitocentos e vinte e dois milhões setecentos e trinta e sete mil novecentos e noventa e sete reais e nove centavos), neste incluído os recursos previdenciários. O montante arrecadado superou a previsão em 7,06%. Segue Quadro com o detalhamento da arrecadação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Recursos Ingressados em 2015 – UG 04101-RECURSOS DO TESOURO

RECURSOS INGRESSADOS EM 2015			
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	R\$	%
RECURSOS ORDINÁRIOS	0101000000	811.690.966,48	98,66
RECURSOS PROVENIENTE DE TRANSF.CONVÊNIOS	0106000000	789.863,14	0,09
RECEITA PATRIMONIAL	0112000000	9.872.073,59	1,20
RECURSOS PROP DO FUNDO EST.DE DEFESA	1180000000	228.062,34	0,03
RECURSOS ORDINÁRIOS	0101000000	157.031,54	0,02
TOTAL		822.737.997,09	100

FONTE: SIAFEM (2015) – BO (2015).

Recurso previdenciário repassado pelo IGEPREV ao Tribunal para fazer fase à despesa com a folha de Inativo em 2015 foi de **R\$111.699.230,06** (Cento e onze milhões e seiscentos e noventa e nove mil duzentos e trinta reais e seis centavos), recurso esse movimentado também pela UG 040101. Segue Quadros com os valores recebidos em 2015:

Recursos Previdenciários recebidos em 2015

RECURSOS INGRESSADOS EM 2015			
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	R\$	%
FOLHA DE INATIVO/PENSIONISTAS OUTROS	101002512	64.286.719,15	6,88
RECUR PRP.FUN FINAN.PREV.EST.-CONT SEGURADOS	254002992	3.231.272,54	0,35
RECURSOS PRP.FUN FINAN.PREV.EST.- CONTRIB.PATRONAL	258002992	44.181.238,37	4,73
TOTAL		111.699.230,06	100

FONTE: SIAFEM (2015) – BO (2015).

A despesa com a folha de Inativo processada pelo TJPA ficou em R\$97.790.789,62, conforme Quadro abaixo.

Despesa com Inativos/TJPA

DESPESA	FONTE DE RECURSOS		VALOR
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
APOSENTADORIAS,RESERVAS REMUN. E REFORMA	101002512	FOLHA INATIVO/PENS. OUTROS PODERES	40.351.045,13
DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR-INATIVOS	101002512	FOLHA INATIVO/PENS. OUTROS PODERES	4.093.643,30
APOSENTADORIAS,RESERVAS REMUN. E REFORMA	254002992	FINANPREV CONT SERV. OUTROS PODERES	2.620.115,25
DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR-INATIVOS	254002992	FINANPREV CONT SERV. OUTROS PODERES	637.925,77
APOSENTADORIAS,RESERVAS REMUN. E REFORMA	258002992	FINANPREV CONT PATRIONAL OUTROS PODERES	43.997.868,15
APOSENTADORIAS,RESERVAS REMUN. E REFORMA	301002512	FOLHA INATIVO/PENS. OUTROS PODERES	4.166.121,13
DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR-INATIVOS	301002512	FOLHA INATIVO/PENS. OUTROS PODERES	1.924.070,89
TOTAL			97.790.789,62

FONTE: SIAFEM (2015) – BO (2015).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

O repasse para cobertura de insuficiência financeira previdenciária, segundo Lei Nº 9.717/1998 efetuado em 2015 pelo TJPA ao IGEPREV foi de **R\$57.867.129,39** (cinquenta e sete milhões oitocentos e sessenta e sete mil cento e vinte e nove e trinta e nove centavos).

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

As despesas do exercício totalizaram **R\$ 788.044.013,17** (setecentos e oitenta e oito milhões quarenta e quatro mil treze reais e dezessete centavos), excluía a despesa com inativo. E o total de recursos do período, como acima evidenciado foi de **R\$ 822.737.997,09** (oitocentos e vinte e dois milhões setecentos e trinta e sete mil novecentos e noventa e sete reais e nove centavos), aqui também excluídos os repasses previdenciários. O resultando foi um superávit financeiro na ordem de **R\$34.693.983,92** (Trinta e quatro milhões seiscentos e noventa e três mil novecentos e oitenta e três e noventa e dois centavos) que representa uma economia de 4,22% do total de recursos recebidos no período. Segue quadro demonstrando os percentuais de aplicações dos recursos por grupo de despesa.

Despesa Realizada pela UG 04101 em 2015

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO		
DESCRIÇÃO	2015	%
PESSOAL E ENCARGOS	687.502.468,17	83,56%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	99.399.695,11	12,08%
INVESTIMENTOS	1.141.849,89	0,14%
INVERSÃO FINANCEIRA	-	0,00%
TOTAL DE GASTO	788.044.013,17	95,78%
SUPERAVIT	34.693.983,92	4,22
TOTAL	822.737.997,09	100

FONTE: SIAFEM (2015) – BO (2015).

DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado patrimonial da UG foi positivo, apresentando um superávit de **R\$39.939.545,69** (trinta e nove milhões novecentos e trinta e nove mil quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), conforme a baixo discriminado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

SUPERAVITE FINANCEIRO		
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR	VALOR
ORDINARIA		22.013.687,86
RECURSOS OEDINÁRIOS DO TESOURO ESTADUAL	22.013.687,86	
VINCULADA		17.925.857,83
RECURSOS DESTINADOS A PREVIDENCIA SOCIAL-RPPS	10.587.078,42	
RECURSOS PROVINIENTE DE TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS E OUTROS	256.043,73	
RECURSOS DESTINADOS A FUNDO DA ADM. DIRETA	61.929,96	
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	7.020.805,72	
TOTAL		39.939.545,69

DA ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:

Encontra-se junto à prestação de contas o CD enviado pelo Departamento de Patrimônio contendo os Inventários Bens Móvel, Imóvel, Relação dos Bens Adquiridos (móveis) e dos Baixados (móveis) no exercício. Consta ainda declaração da Comissão Técnica designada pela Portaria 1274/2008-GP, responsável pelo levantamento dos bens do TJPA.

Os procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis a serem observados pelos órgãos públicos são estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T. Por meio da Resolução CFC nº 1.137/2008 foi aprovada a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativo e Passivo em Entidade do Setor Público que estabelece os critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

Analisando os dados constantes no referido CD observa-se que o levantamento feito pela comissão técnica não obedeceu aos critérios da NBC T 16.10, uma vez que foram elaborados considerando o valor de custos dos bens móveis e imóveis. Segundo informações da referida Comissão Técnica desde 2015 o TJPA está trabalhando junto à empresa terceirizada THEMA para inclusão no sistema de Patrimônio de um modulo de depreciação de bens, mas até hoje ainda não ficou pronto.

Afirmou a comissão que quanto à reavaliação será efetuada em outra etapa ainda não iniciada. Desta forma continua a ser observada divergência entre os valores constante no inventário e os registrados em balanço, inclusive o valor dos bens adquirido no exercício.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Bens Móveis e Imóveis

DESCRIÇÃO	BALANÇO (R\$)	INVENTÁRIO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
BENS MÓVEIS	147.102.297,80	68.028.321,02	79.073.976,78
BENS IMÓVEIS	95.382.371,47	68.244.023,47	27.138.348,00
BENS ADQUIRIDOS (MÓVEIS)	14.751.598,20	13.024.100,22	1.727.497,98
BENS BAIXADOS (MÓVEIS)	-	2.779.720,51	-2.779.720,51

(Nota: Bens registrados na UG 04101 e UG 04102)

DA ELABORAÇÃO DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA:

Apesar de ter sido realizada a conciliação bancária mês a mês e de ter sido evidenciando o saldo em banco como o em carteira (contabilizado), porém as pendências apuradas não foram todas sanadas, como por exemplo, pendência datada de 27/05/2014, conforme pode ser observado nos quadros anexos aos extratos.

Outro fato que se observou é o grande número de contas sem movimentação no período, dificultando o controle das mesmas, desta forma se recomenda que seja feita uma revisão no elenco de contas registradas no SIAFEM.

DA ASSINATURA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS:

Neste período foram firmados 40 convênios dentre esses vários de parceria com prefeituras municipais e órgãos estaduais com o objetivo de cessão de servidores para reforço do quadro de pessoal do TJPA, conforme relação anexa.

Ainda no período foram firmados 64 contratos, entre esses, 15 contratos de doação de bens inservíveis. Originados de processos licitatórios, conforme relação anexa.

DA CONCLUSÃO

Conforme disposições contidas na legislação expedida pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, que estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios e processos de contas da Administração Pública Estadual foram examinados os atos de gestão referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de Dezembro/2015, dos agentes constantes do rol de responsáveis.

Os exames foram efetuados em consonância com as normas e técnicas de auditoria aplicadas ao setor público e contemplaram as seguintes medidas: (i) verificações quanto ao cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis às diversas áreas e atividades examinadas; (ii) comprovações quanto à legitimidade dos documentos que deram origem às mencionadas peças e dos atos de gestão praticados; (iii) análises quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da gestão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

orçamentária, financeira e patrimonial; (iv) aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria, com o objetivo de manifestar a opinião sobre as contas aqui tratadas.

Adicionalmente, para conclusão das avaliações da gestão, foram consideradas, também, as atividades de acompanhamento da gestão realizadas pela Secretaria de Controle Interno na forma de controle prévio e concomitante, durante o exercício sob análise. O resultado apontou para uma gestão empenhada em reduzir fragilidades e riscos administrativos, primando pela otimização do gasto público com a finalidade de ampliar a prestação jurisdicional e melhorar os serviços prestados aos cidadãos; e preocupada em fortalecer institucionalmente a atuação das atividades de controle interno.

Assim, fundamentado neste relatório e nos exames levados a efeito, certificamos a **APROVAÇÃO DAS CONTAS**, porém **COM RESSALVA** para a ausência de mensuração e depreciação dos bens móveis e imóveis o **que representa uma não conformidade com as novas normas de contabilidade aplicada ao setor público, (NBC-T 16.10- Resolução CFC 1.137/2008)** conforme acima evidenciado.

É o relatório.

Belém, 29 de março de 2016.

ELIANA CONCEIÇÃO VASQUES DA SILVA PEREIRA
Analista Judiciária / Contadora – CRCPA 6034

DEBORA MORAES GOMES
Secretária de Controle Interno- TJPA